

Herbert Marcuse e o Brasil

ADRIANO MARCOS DE MENEZES

No Brasil de cada um

A década de 1960 foi marcada por movimentos de contestação política, social e cultural, com a juventude tomando as ruas em diversas cidades do globo sedenta por mudanças. Estaria havendo um deslocamento do sujeito revolucionário do “proletariado” para a “juventude”, que para si arrogava uma força de transformação. Dentro deste contexto figuravam diferentes correntes de pensamento. Grupos revolucionários defendiam a revolução armada, outros o anarquismo e ainda havia a contracultura, não havendo homogeneidade nesta rebelião da juventude. Neste cenário buscavam-se também novas formas de expressão, sejam por meio das artes de vanguarda ou pela subversão dos meios de comunicação tradicionais, como, por exemplo, a emergência da chamada imprensa *underground*, mais conhecida no Brasil como imprensa alternativa. Apesar de certos refluxos, o caráter contestatório destes grupos teve continuidade e desdobramentos na década de 1970.

Em meio a este cenário, o filósofo alemão Herbert Marcuse (1898–1979) é elevado a uma das referências teóricas da rebeldia instalada. Em 1965, o filósofo publicou *One Dimensional Man (O Homem unidimensional)*, que no Brasil foi traduzido como *Ideologia da Sociedade Industrial*, sucedendo a obra *Eros e Civilização*, de 1955 – publicados no Brasil em 1967 e 1968, respectivamente. Quando *O homem unidimensional* era publicado no Brasil, o país sofria o governo auto-

ritário decorrente de um golpe civil-militar desde 1964. Fato determinante que cerceou liberdades políticas e culturais em nossas terras. O livro recebeu o nome original por aqui em nova tradução apenas em 2014. É importante ressaltar o papel da revista *Civilização Brasileira* (1965 – 1968) na publicação de textos da Escola de Frankfurt, que primeiro coloca em circulação no Brasil as ideias de Benjamin, Marcuse e Adorno.

Estas obras já tinham surpreendido a comunidade filosófica e um grande público por sua originalidade, com argumentos que conciliavam leituras críticas das obras de Karl Marx com conceitos de Sigmund Freud, particularidade da “Teoria Crítica”, da chamada “Escola de Frankfurt”, do Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt. O grupo investiu fortemente em aspectos em que o marxismo tradicional se omite, por isso ferramentas advindas de outras áreas do pensamento não foram por eles desprezadas, como a psicanálise e a filosofia existencialista. A leitura política passa a abarcar também a subjetividade. Marcuse realizou justamente uma crítica que teve como foco precípua as consequências da sociedade industrial na vida das pessoas. Consideramos aqui, entre outros fatores, a hipótese da dificuldade de penetração dessas novidades no meio acadêmico brasileiro, diante de certa precedência do estruturalismo marxista nestes meios nos anos de 1970, principalmente. O que pode ter ajudado a pavimentar um caminho para a mediação de agentes não tradicionais na chegada desses dois livros de filosofia ao Brasil.

Para melhor contextualizar país e período, olhemos para a situação por dentro do poder naqueles anos. Como nos lembra Silvio Ricardo G. Carneiro em seu artigo *O golpe militar de 1964 instaura um regime unidimensional?* (Artefilosofia, 2015), a obra mencionada de Herbert Marcuse sendo aludida diretamente para o caso brasileiro de então traz complicações extras, se consideramos não só as peculiaridades brasileiras, bem diferentes do que se passava nas potências industriais avançadas. Pois justo quando se operou-se no Brasil o chamado “milagre econômico”, o grupo dentro do poder que estava alinhado com o chamado “nacional-estatismo” torna-se hegemônico, em detrimento do grupo de “internacionais-liberais”. A violência contra as oposições torna-se então absolutamente intransigente.

Entretanto, os temas que ganharam maior proeminência acerca da obra de Marcuse eram, neste contexto, a liberdade sexual, a irracionalidade do racio-

nalismo e a “Grande Recusa”. No Brasil, a recepção de sua obra é objeto de controvérsias. Segundo Isabel Loureiro (2013), a recepção da obra de Marcuse na academia foi um tanto tímida, em boa parte porque o autor fora considerado um filósofo do “desbunde” (nome dado à contracultura no Brasil), especialmente pela intelectualidade de esquerda. As demandas de boa parte daqueles intelectuais não suscitavam interesse pelo pensamento do alemão. Carlos Nelson Coutinho nos adverte que para o pessoal que estava saindo do “PCbão” naquela época, direto para a luta armada e que tomou contato com a Escola de Frankfurt, o proletariado continuava a ser o sujeito revolucionário. A inclinação para certa classe média “alternativa” de parte dos recepcionistas da obra não era vista com bons olhos. De modo que Adorno e Horkheimer, que apareciam também advindos da Teoria Crítica, representavam um “pessimismo resignado” e distante das ações que estes pretendiam. Considere-se aqui a heterogeneidade imanente do grupo de pensadores alemães. Embora já houvessem constatado, desde o princípio, que o papel de Marcuse fosse de radicalização das ideias centrais deste “movimento”. Sobre esta mediação, ele nos diz:

Isto não depende de Marcuse, mas das pessoas que o receberam, acho que essa recepção de Marcuse passou de um estímulo à ultra-esquerda para o estímulo ao irracionalismo, à contracultura, à ideia de cultivo da sensibilidade, da razão como uma coisa anacrônica, que de certo modo, acho que Marcuse justifica, muito menos do que a influência que ele teve aqui. A coisa caiu num momento em que a gente chamava, na época, de Desbunde. As pessoas estavam “sem lenço sem documento”... aquelas músicas do Caetano que marcaram muito esse período. Acho que Marcuse, que tem um viés, não diria irracionalista, é um pouco forte, mas tem um viés muito cético, muito crítico em relação à razão...(SOARES, 1999).

De modo que o setor acadêmico viu naquela apropriação dos *contraculturais* pelas ideias daquele Marcuse, cuja obra chegava fragmentada, ou seja, pelos recortes dos dois livros que tornaram-se sucesso, algo distanciado de suas emergências teóricas e políticas. Roberto Schwarz, entretanto, lamenta a falta de Marcuse no

pensamento dos marxistas brasileiros, conforme relata Jorge Coelho Soares em seu *“Marcuse, uma trajetória”*. Ele diz:

o marxismo mais sombrio dos frankfurtianos, era, na verdade, mais impregnado de realidade que os demais, já que haviam “assimilado” e articulado uma apreciação plena da experiência do nazismo, do comunismo stalinista e do “american way of life” encarado sem complacência. (SOARES, 1999).

Outros analistas, na companhia de Schwarz, certamente aludem a esta carência também pela extrema ortodoxia das cartilhas dos partidos comunistas, cuja sovietação era imperiosa. Faltaria uma oxigenação, que poderia vir de Marcuse. Este engessamento já estaria sendo quebrado então por outros autores que aqui circulavam, como Lukács, Gramsci, Althusser, entre outros, conforme Coutinho. A situação das esquerdas brasileiras de então teria sido determinante na recepção da Escola em nossas terras. Isso explicaria inclusive a “superioridade” de Marcuse sobre outros pensadores de Frankfurt. Apontado internacionalmente como “fonte ideológica das rebeliões europeias e norte-americanas” seus livros ganham aqui espaço no descontentamento de outros setores do Partido Comunista Brasileiro e sua cultura marxista, seara em que a intelectualidade de esquerda não transitava com o mesmo vigor de antes. Estes teriam encontrado resposta na Grande Recusa marcuseana. Carlos Nelson aposta ainda que teria havido uma leitura “apressada” de Marcuse, que agiria sobre aquela “impaciência revolucionária”. Assim, a composição “ecclética” do arcabouço teórico dos que se intitulavam “nova esquerda brasileira” encontrava em Marcuse uma contestação radical que responderia ao mesmo tempo à ditadura e ao marxismo encarnado no PCB, essencialmente presos às tradições da Terceira Internacional, com poucas exceções. Os que se voltaram para a “Grande Recusa”, a entendiam de modo literal, absoluto e excludente. Conforme Coelho Soares:

Recusavam a ditadura, o capitalismo, a tecnologia, todo legado cultural anterior, a ciência e, principalmente, recusavam a “razão ocidental” (...) ao ser percebida nos anos de 1960 como necessária mas não suficiente, ser totalmente descartada. Como não era suficiente,

deixaria de ser também necessária. Se “o sonho da razão só produzira monstros” até então, era a vez de entronizar a “desrazão” e construir um outro “admirável mundo novo”.

Saliente-se no cenário brasileiro o fracasso da luta armada, que também teve a simpatia de parte da intelectualidade. Ainda com Coutinho, alguns teriam ido para um “falso revolucionarismo teórico”, que para isso teriam apenas decretado “cortes epistemológicos” radicais, alocando-se em uma “escolástica acadêmica”, para ele confundida com “estruturalismo”, passando a dar as cartas em parte da produção acadêmica nas ciências humanas. Outros, teriam se mantido na “Grande Recusa”, conforme dito, também derivada da “impaciência revolucionária” e tornaram-se oposição política global e genericamente “abstrata” à “cultura” em geral. Ditadura e capitalismo como formação econômico-social, perdem status de inimigo número um. Agora “todo um legado cultural”, que baseado na razão e na ciência, funcionaria essencialmente, segundo os defensores dessa corrente, “como uma instância repressora da subjetividade humana”. Teria sido aí que Marcuse, mais uma vez “lido apressadamente” teria ido parar em um irracionalismo aberto. Assim, as ideias de Marcuse saem da inspiração para guerra civil e vão para os movimentos da chamada contracultura em sua versão tropicalista romântico-anticapitalista, desenvolvida em terras brasileiras. Naqueles anos 70, o movimento contracultural, tropicalista e anti-tecnológico apregoava uma busca edênica de libertação pelo corpo como causa maior. O indivíduo era visto como a “última instância indivisível e fundadora de sentido”. A procura de uma nova sensibilidade e o rechaçamento incontestado das repressões podem encontrar justificativa para muitos daqueles rebeldes em eleger Marcuse como “mentor” da contracultura. Ainda que a revelia do alemão.

Já José Guilherme Merquior, no decorrer do tempo, tem ideias ambíguas sobre o “Hipopótamo de Frankfurt”. Inicialmente, através de seu *Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*, publicado no calor da chegada daqueles livros ao Brasil, em 1969, o pensador liberal tece a opinião de que se trata de um grande pensador e vanguarda entre os colegas de Frankfurt. Mas, em 1981, ele menciona Marcuse como responsável pelo que chama de “neofascismo vermelho em sua tola e perigosa investida contra as liberdades institucionais e as práticas

civilizadas”, conforme Coelho Soares (1999). Não obstante, a obra de Merquior, a de 1969, é o primeiro relato aprofundado sobre a Escola de Frankfurt no Brasil. Ali ele traça pioneiramente a importância internacional de Marcuse e aponta a relação entre a Teoria Crítica e a psicanálise, entre outros aspectos. Merquior, que não foi em tempo algum um seguidor da teoria, bem mais para o contrário. Note-se que ele termina o livro afirmando a superioridade do pensamento de Heidegger sobre a teoria crítica.

Ademais, publicações de variados níveis de profundidade, dadas a lume naquele momento, também buscavam diminuir a importância do autor a partir de uma visão conservadora, neste lado, também sem unidade (MERQUIOR, 1969; VASCONCELOS, 1970).

Apesar de já apontado por analistas o viés da contracultura, não encontramos estudos que explorem propriamente a recepção da obra de Marcuse na ótica do “desbunde”, normalmente vista como teoricamente imprópria. Esta diferente apropriação revela uma leitura de pressupostos a partir da realidade cotidiana de parte de uma geração que ao mesmo tempo em que buscava uma transformação cultural, contestando valores e costumes tradicionais, vivia sob a égide de um regime ditatorial (NAPOLITANO, 2014; GASPARI, 2014). Fora do âmbito acadêmico, a imprensa alternativa configurou-se como importante meio de circulação desse tipo de leitura. Coutinho, em seu *Cultura e sociedade no Brasil – Ensaios sobre ideias e formas* (2011) reconhece que temas importantes abordados por Marcuse nas mencionadas obras que por aqui circulavam, justificariam a não gratuidade da inscrição do alemão na contracultura tupiniquim, ainda que à sua revelia, repita-se. O ensaísta diz que “não foi assim casual que a contracultura brasileira dos anos de 1970 se tenha valido abertamente de Marcuse (basta pensar nos artigos de Luiz Carlos Maciel, publicados sobretudo no Pasquim)”. Para depois concluir que se esta tendência por demais se “orientalizou”, “isso não anula o fato de que o autor de *Eros e civilização* tenha desempenhado um papel importante no florescimento do irracionalismo brasileiro dos anos de 1970”.

A imprensa alternativa, também chamada de “imprensa nanica”, no Brasil surgiu como fenômeno comunicacional a partir do final dos anos de 1960 e teve grande importância durante o período ditatorial, como veículo do dissenso ao regime. Ela foi não só um fenômeno jornalístico, mas também um fenômeno

político (KUCINSKI, 2001; ARAUJO, 2000). Outra característica que a diferencia dos veículos tradicionais é a linguagem, com inovações estéticas e temáticas. O inconformismo político transita em alguma escala pela forma dos discursos. A hipótese a ser considerada aqui é a da linguagem também como ferramenta de resistência à fala de doutrinação e dominação do mundo unidimensional denunciado pelo filósofo alemão.

Marcuse Boy

O primeiro e mais longo alternativo foi justamente *O Pasquim*, publicado no Rio de Janeiro, que teve início em 1969 e seguiu nas décadas de 1970 e 1980, com grandes tiragens e ampla distribuição. O semanário, em seus primeiros anos, congregava um grupo mais heterogêneo e plural, apresentava-se simultaneamente como um periódico de esquerda e contracultural (KUCINSKI, 2001). Responsável pela coluna “*Underground*”, Luiz Carlos Maciel, filósofo de formação e que viveu nos Estados Unidos e em Salvador, teve papel de mediador na divulgação do pensamento e das práticas da chamada contracultura.

Alcunhado de *Marcuse Boy* (MACIEL, 1981) pela intelectualidade marxista e recorrentemente chamado de “guru da contracultura”, ele apresenta sua leitura da obra de Marcuse (e outros pensadores, como Wilhem Reich, Norman O. Brown e Marshall McLuhan). Em suas crônicas, ele descreve o filósofo alemão como um “decifrador de experiências” nas quais a sensibilidade do indivíduo é levada em conta. Questões como a “dessublimação repressiva” não escapam a suas análises. Ratificava a necessidade de ações políticas para problemas políticos, sem deixar de observar a gênese marcuseana entre Freud e Marx (MACIEL, 1973; 1981).

Note-se que Maciel é uma voz diferenciada dentro do veículo, que embora contenha expressões pouco comuns para época, com vocabulário próximo da juventude, traz, entre outros aspectos, temas filosóficos, guardando certa distância de outras vozes de dentro do próprio jornal, cuja abordagem de temas políticos, muitas vezes, seguia uma linha um tanto tradicional dentro do pensamento da esquerda. Não obstante, o humor permeasse o coro geral d’*O Pasquim*. Por certo período o jornal abrigou em concomitância temas convencionais de política, com a coluna *Underground* discutindo questões como o caráter polimórfico

da “ressexualização” pela “racionalidade libidinal”. Maciel deixou o jornal por discordâncias com o pessoal do semanário, pois, segundo ele, “o grupo só admitia um tipo de comportamento político e social (MACIEL 1996).

Há, ao mesmo tempo, a preocupação de setores conservadores com a penetração das ideias do pensador alemão no país, entendendo-o como um perigoso teórico comunista, especialmente em função da vinculação de seu nome com as manifestações de 1968. Para combatê-lo, necessitavam também de compreendê-lo. Desta forma, faziam suas próprias leituras, a partir de um prisma anticomunista. Um texto humorístico de Maciel, que simula a tentativa de diálogo de um pai com seu filho, permite entrever essas outras leituras. Nele o pai fala para o filho: “eu sei alguma coisa de Marcuse que ouvi numa conferência dada por um coronel” (MACIEL, 1981, p. 27). Nessa linha, há ainda o livro “A volta ao mito – A margem da obra de Marcuse”, de Perboyre Vasconcelos, editado pela Biblioteca do Exército em uma série chamada “Coleção General Benício”. Havia ainda uma espécie de paranoia anticomunista, que pautava parte da direita alinhada com o poder, em que quase tudo cheirava a degenerescência, ou assim era divulgado. Episódios que beiravam o cômico, como esta passagem do livro do General Ferdinando de Carvalho *“As sete matizes do vermelho”*, também editado pela Biblioteca do Exército, mencionada no artigo *“O movimento hippie nasceu em Moscou”* de Leon Kaminski (2017) que assim diz:

Meu filho foi levado certa vez para um festival de “rock-and-roll” que terminou em uma bacanal de nudismo e perversões irresponsáveis. Participavam da festa moças e rapazes de famílias distintas. A música excitante e erótica servia para criar um ambiente de licenciosidade e depravação. Ficou demonstrado que o espetáculo havia sido organizado pelos comunistas para atrair os jovens. Todas as músicas tinham letras com mensagens políticas, instigando as pessoas a se rebelarem contra a ordem, contra o mundo, contra tudo (CARVALHO, 1978).

Tais manifestações da contracultura possuíam pretensões subversivas, algumas possivelmente com inspirações marcuseanas, mas distanciavam-se muito do comunismo, evidentemente. Conforme já apontado, houve diferentes apropriações da obra de Marcuse. Fato que não teria ocorrido somente no Brasil. É

recursiva a opinião de que parte de seus entusiastas não teriam lido com proficiência a obra. No que, aliás, não difere da opinião do próprio frankfurtiano, que declarara esta suspeita em relação aos estudantes franceses quando aqueles foram para as ruas em 1968 (LOUREIRO, 1999). Muitos até mesmo não teriam lido a obra do autor, vindo a conhecer suas ideias indiretamente, seja por conversas ou pela mediação de publicações alternativas, como *O Pasquim* de Luiz Carlos Maciel.

As falas

Ao considerar a hipótese da interferência do tempo em linguagens e comportamentos de um período pode-se definir, para além de um discurso político, a possível canonização de uma dicção, ou seja, o quanto ela é afetada pelas conjunturas e pela voz novidadeira, especialmente tratando-se de uma época eferescente na qual para muitos o mais importante era a busca pelas liberdades civis e/ou a transgressão artística. Considerando as possibilidades, que nos são apontadas por vários espectros envolvidos no período, lugar, agentes e circunstâncias, seriam determinações para as linguagens atuarem como ferramentas efetivas de ações e reações. Então a chegada de uma filosofia de grande amplitude social e que ainda se debruça sobre a noção de expropriação da linguagem parece-nos de fundamental importância. Esse é o caso de Herbert Marcuse, que atesta, referindo-se aos efeitos da sociedade industrial, que a linguagem adquiriu formas redefinidoras para uma realidade que oferece não mais que compensações de conforto para um sujeito, cuja vida é pautada no cumprimento de funções em que o prazer está submetido à execução do trabalho alienado e em uma espécie de regozijo em prazeres terceirizados, ambiente em que qualquer transcendência é tida como ilusão imatura para a facticidade dada. Os conceitos, de acordo com o filósofo, são dominados e substituídos por “conjuntos de operações”, redefinindo e reificando a linguagem, de modo a estabelecer um operacionalismo linguístico voltado para o mundo do mercado e para suas automaticidades (MARCUSE, 1979). O tom publicitário que a unidimensionalidade impõe ao cidadão comum e nele forja sua naturalização no cotidiano, transferindo-o da condição de aspirante a cidadão para consumidor engajado ultrapassa a questão meramente comercial. O

sujeito é trazido para um status ativo com este artifício, ou seja, incorporando os valores e reproduzindo-os. Neste processo, qualquer sofisticação conceitual é imediatamente rechaçada, de modo que indagar o tamanho do afeto causado pelo que seria a força contrária, supostamente libertadora, oferece terreno fértil para a investigação.

Consideramos que além das consequências implicadas diretamente na qualidade de vida do indivíduo, através do aspecto econômico, pode-se pensar nos diversos canais que distribuem água sobre a existência desse sujeito. E a absorção pela contracultura brasileira dessa filosofia, em seus variantes bebedouros, traz-nos a hipótese do desenvolvimento de uma dicção, como aludimos antes, por sua linguagem *underground*, no jornalismo alternativo ou nas artes de vanguarda de então ela é também ferramenta de luta, mesmo que esta já se tenha espreado noutras terras.

De acordo com os relatos acerca das apropriações e mediações das obras de Marcuse no Brasil, podemos entrever que havia pelo menos três leituras “impróprias” então em vigência: a contracultural, a anticomunista e a dos próprios comunistas. O que é notório, portanto, é a constatação de que cada parte lia a partir de seus próprios filtros, com seus interesses específicos. O tempo cuida, ao largo de grandes paixões, da des-irracionalização do pensador reunindo distintos analistas, próximos ou distantes do marxismo, como Coutinho, Rouanet e Merquior. Isto pode justificar, considerando tamanha diversidade, somada ainda aos exóticos combatentes *a priori* da filosofia marcuseana, além dos contraculturais e dos artistas que o receberam e que merecerão também cuidado especial em pesquisa futura, a classificação de Herbert Marcuse por Jorge Coelho Soares, na qual ele é chamado de “O filósofo refratário”. Reflexão que nos conduz para a excentricidade de transformar sua epígrafe em conclusão. Nas palavras usadas:

Refratários são os sujeitos que ninguém consegue sujeitar. Mal vistos à direita, mal vistos à esquerda, vomitados pelo centro, estrangeiros nas margens, onde você quer colocá-los?

Philippe Sollers

Referências bibliográficas

- ARANTES, Paulo Eduardo. Recordações da recepção brasileira de Herbert Marcuse. In *Zero à esquerda*. São Paulo: Editora Conrad, 2004.
- BARROS, Patrícia Marcondes. *Panis et Circenses: a ideia de nacionalidade no Movimento Tropicalista*. Editora UEL, 2000.
- CAMARGO, Sílvio César. A recepção da Teoria Crítica no Brasil: 1968-1978 – In: *Em Debat: Rev. Dig.*, ISSN 1980-3532, Florianópolis, n. 7, p. 126-149, jan-jul, 2012. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/24591>.
- CARNEIRO, Silvio Ricardo Gomes. 50 x 50: O golpe de 1964 instaura um regime unidimensional? In *Artefilosofia / Instituto de Filosofia, Artes e Cultura / Universidade Federal de Ouro Preto / ifac*, n 18, Ouro Preto: 2015.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Dois momentos brasileiros da Escola de Frankfurt – In: *Cultura e sociedade no Brasil – Ensaios sobre ideias e formas*, 4ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.
- FAVARETTO, Celso. *Tropicália, Alegoria, Alegria*. São Paulo, Ateliê Editorial, 1996.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- KAMINSKI, Leon Frederico. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *Antíteses*, vol. 9, núm. 18, julho-diciembre, 2016, pp. 467-493 Universidade Estadual de Londrina Londrina, Brasil
- KANGUSSU, Imaculada. O homem unidimensional, as afinidades eletivas e a esperança. Ouro Preto: In *Artefilosofia / Instituto de Filosofia, Artes e Cultura / Universidade Federal de Ouro Preto / ifac*, n 18, Ouro Preto: 2015.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2001.
- LOUREIRO, Isabel. M. (Org.). *Herbert Marcuse: a grande recusa hoje*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LOUREIRO, Isabel. Herbert Marcuse, crítico do capitalismo tardio. In: ALMEIDA, MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. 5ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARCUSE, Herbert. *A dimensão estética*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- MARCUSE, Herbert. *O fim da utopia*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1969.
- MACIEL, Luiz Carlos. *Nova consciência: jornalismo contracultural 1970/72*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- MACIEL, Luiz Carlos. *Negócio seguinte*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- MACIEL, Luiz Carlos. *Geração em transe: memórias do tempo do tropicalismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin: ensaio crítico sobre a escola neohegeliana de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- ROSNACK, Theodore. *El nacimiento de una contracultura - Reflexiones sobre la sociedad tecnocrática y su oposición juvenil*. Traducción: Angel Abad. Barcelona: Editorial Kairos, 1981.
- SOARES, Jorge Coelho. *Marcuse no Brasil: Entrevistas com Filósofos*. Londrina: Cefil, 1999.